

Mecanismos de Accountability: Mal-Estar e Adoecimento Docente

Sandy Naédia Lucas de Oliveira (UFC)
sandynaedia@gmail.com

Valdísia Vieira dos Santos Silva (UFC)
valdisia.vieira@yahoo.com.br

Clarice Zientarski (UFC)
clarice.zientarski@ufc.br

Introdução

O trabalho analisa o impacto dos mecanismos de *accountability* educacional no trabalho e saúde dos professores e gestores das escolas, que resultam no mal-estar e adoecimento. Centra-se no dispositivo de *accountability* educacional, adotando como teoria do conhecimento o Materialismo Histórico-Dialético e como abordagem metodológica a investigação bibliográfico-documental.

A emergência de um modelo de progresso, centrado na reestruturação produtiva, atribui à educação o papel fundamental para o desenvolvimento econômico dos países em geral. Nesse prisma, tomando as avaliações como propulsores de verificabilidade dos processos educacionais, organismos internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em âmbito mundial, em confluência de interesses com governos nacionais, têm introduzido sistemas de avaliação baseados em *standards* de modo a produzir um “[...] outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas” (BARROSO, 2005, p. 727).

Como hipótese, tem-se que as políticas de *accountability* incorporam-se à organicidade do ensino, escola e comunidade escolar no geral, de forma intensa. Com isso, condiciona-se a formação dos alunos e trabalho dos professores, tanto dos que estão em sala de aula, quanto dos gestores, aos processos de mensuração, verificados por dispositivos de avaliação, responsabilização e prestação de contas, de forma a contribuir com o surgimento do mal-estar e adoecimento docente.

Mal-Estar e Adoecimento: O trabalho docente na Contemporaneidade

No contexto atual, marcado pelo darwinismo concorrencial e pela flexibilização no mundo do trabalho, fruto da reestruturação produtiva, incidindo em uma formação mais flexível/aligeirada dos sujeitos, – o profissional (sujeito voltado para o mercado) deve estar apto/adaptado ou a um passo à frente das mudanças e das tendências profissionais.

A escola não está apartada deste contexto social, à medida que ela torna-se reprodutora dos valores e ideologias do sistema de produção vigente, trazendo repercussões para os alunos e professores, produzindo e reproduzindo, os preceitos do modo de produção vigente. Essa atividade, segundo Oliveira (2006, p.33), faz com que o professor se torne um trabalhador alienado do produto de seu trabalho, passando a vender sua força de trabalho, dando “aulas em série”, em intermináveis jornadas diárias, muitas vezes em várias escolas, com grande esforço físico e mental. Tal situação repercute no trabalho do professor em: “processos de desqualificação, empobrecimento por baixos salários e venda indiscriminada da força de trabalho”. Inclui-se, ainda, “a forma de organização do trabalho escolar[...]e pela diferença de valoração entre o planejar e o executar”. (OLIVEIRA, 2006, p.34).

Na busca de entender as condições de trabalho do professor e sua saúde, ressaltamos a importância da pesquisa de Codo (1999), que desenvolveu suas pesquisas sobre a síndrome de Burnout, considerada a condição mais crítica do estresse profissional. É caracterizada pela perda da vontade, do desejo, da motivação para continuar executando as atividades relacionadas à docência. (CODO, 1999).

Devido a estas condições em que se encontra a profissão e o trabalho docente, a escola é vista, segundo (CODO, 1999, p.99), como uma das piores instituições para se trabalhar. Considerando as condições de saúde derivadas da falta de uma política de atendimento ao trabalho docente, como meio de prevenção de doenças ou acidentes no trabalho escolar.

O Mal-estar e o Adoecimento Docente têm suscitado debates em meio ao imperativo de defender a escola pública, entre os próprios professores e entre os sindicalistas e suas entidades sindicais. Diante da crise estrutural do capital, com o aumento do desemprego e toda ordem de exclusões de direitos sociais, os desafios de acesso às garantias constitucionais, sobretudo ao emprego, à moradia, à saúde e outros indicadores de bem-estar social mostram-se urgentes, ainda mais, em meio à *accountability*.

Accountability: Avaliação, Prestação de Contas e Responsabilização

Os princípios da *accountability* têm sido incorporados, gradativamente, na organicidade do Estado nas últimas décadas no Brasil (1990-2010), em função do avanço do neoliberalismo. Nesta conjuntura, o dispositivo coopera para a consolidação do controle governamental, resultado das transformações sócio-políticas e econômicas do capitalismo. A *accountability* é incorporada pelas nações em crise como um mecanismo de controle que promete aperfeiçoar suas jovens democracias (MENEZES, 2019).

É nesse contexto que a *accountability* se materializa no campo de quem tem o dever/obrigação de prestar contas e se responsabilizar sobre o que lhe foi solicitado; e, no campo de quem solicita, ou seja, a quem é outorgado o direito de exigir a prestação de contas e de responsabilizar. Nesta díade, afirma-se instrumentos de governança, governabilidade, eficácia, eficiência, publicidade e transparência. A transparência emerge, nesse momento, como procedimento para controlar a educação e os sujeitos a serem educados. A *accountability* passa a ser incorporada como no desenvolvimento de políticas de transparência centradas na responsabilização, avaliação e prestação de contas. (GAULEJAC, 2007).

O Estado, passa a adotar políticas de mensuração para avaliar tanto o desempenho no serviço público, como a qualidade da educação. No campo educacional, esses procedimentos resultaram na emergência de procedimentos avaliativos e da gestão por resultados. Com isso, desenvolve-se um Estado Avaliador, que objetiva controlar não só as

instituições, mas também os cidadãos. A finalidade desse movimento é fomentar a competitividade econômica e tecnológica, com a presença decisiva dos organismos internacionais no direcionamento das políticas de educação. Nesta senda, busca-se uma transnacionalização das políticas educacionais, em parceria entre os organismos multilaterais e os Estados nacionais.

A adoção da dimensão avaliativa da *accountability* tem conduzido o sistema educacional a um “campo *quantofrênico*”, baseado nos “sistemas de *rankings*, [...] *standards*, [...] testes *high-stakes* (relacionados a sanções) [a uma conjuntura que] tem afetado o acesso aos conhecimentos sistematizados e historicamente acumulados prejudicando, sobretudo, os alunos mais vulneráveis” e os professores. (MENEZES, 2019, p. 249). Os reflexos da *accountability* educacional, nos moldes concorrenciais entre as escolas, seguindo a lógica neoliberal semelhante às impostas na relação de consumo mercadológico são perversos. Gestores, professores e alunos passam a condicionar o processo educacional ao que é exigido pelas avaliações externas, uma vez que o aluno deve ser bem-sucedido, os profissionais da educação devem lutar para preservar seus empregos, e, as instituições devem vencer os “inimigos” na corrida pelos melhores resultados, pelo pódio, pelo topo do *ranking*. Assim, quando se utiliza os resultados dos testes como meios rotineiros de demitir professores, distribuir bônus e inclusive fechar escolas, além de distorcer os fins da educação, amplia-se o ataque à saúde dos professores e inclusive dos alunos, contribuindo substancialmente para o surgimento do mal-estar e do adoecimento docente.

Considerações finais

A partir da discussão apresentada de forma breve, inferimos que o fenômeno do mal-estar e do adoecimento docente estão diretamente ligados às tensões produzidas pelos mecanismos de controle de “qualidade”, e gestão por resultados. Estes tendem a transformar a escola em uma empresa, o trabalho dos professores como instrumento para

atender às metas por meio da responsabilização dos docentes quanto ao fracasso escolar, somando-se à essa carga de superexposição à jornada extenuante em ambientes que em sua maioria são pouco planejados com vistas à salubridade, conforto e bem-estar, demandando desses profissionais um grau cada vez mais elevado de esforço físico, mental e principalmente emocional.

Sob essa perspectiva, elucidamos que tais políticas influenciam no trabalho dos professores e culminam no mal-estar e adoecimento docente.

Referências

BARROSO, J. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

CODO, Wanderley (Coord.), **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1999.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras. 2007.

MENEZES. Hermeson Claudio Mendonça. **A accountability educacional – arquétipo do Estado Gerencial e Avaliador:** os des(caminhos) da democracia e a preservação do establishment. Dissertação – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. O "mal-estar docente" como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. **Ciências & Cognição.** vol.7 no.1 Rio de Janeiro mar. 2006